



EXM.º SENHOR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

_____, contribuinte fiscal n.º _____
residente em _____, freguesia de _____
concelho de _____ com código postal _____ - _____
_____, na qualidade de _____, do prédio

abaixo identificado, como prova com a documentação que anexa, vem requerer a V.Ex.ª, em conformidade com o disposto no artigo 9.º do regime jurídico da urbanização e da edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, **licença administrativa para a realização da(s) seguinte(s) obra(s) de edificação:**

- Operação de loteamento
- Obra(s) de urbanização em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim Não
- Trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim Não
- Obra(s) de construção / alteração / ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano pormenor? Sim Não
- Obra(s) de construção / alteração / ampliação em zona urbana consolidada, com as especificações constantes da alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º do diploma de referência? Sim Não
- Obra(s) de conservação / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis:
 - Classificados ou em via de classificação
 - Integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação
- Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração exterior ou demolição de imóveis em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação
- Obra(s) de reconstrução das quais:
 - Resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos
 - Não resulte um aumento da altura da fachada ou do n.º de pisos
- Obras de demolição de edificações que não se encontram previstas em licença de reconstrução
- Obra(s) de construção / reconstrução / ampliação / alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública
- Outras operações urbanísticas: _____

A obra de _____, pretendida destina-se a _____
_____.

A obra será executada no prazo de [redacted] meses e realizada no prédio inserido em área abrangida pelo Plano Diretor Municipal, situado no lugar de [redacted] freguesia de [redacted], deste concelho, inscrito na matriz predial da freguesia de [redacted], concelho de [redacted] sob o artigo [redacted] e com a descrição predial n.º [redacted] da Conservatória do Registo Predial de [redacted].

A pretensão foi objeto de um pedido de informação prévia, ao qual foi atribuído o processo n.º [redacted] / [redacted].

Para o efeito junta os seguintes elementos (selecione a caixa correspondente ao documento anexado):

Suporte digital de todos os elementos que integram o presente pedido, nos moldes do estabelecido pelo RMUE;

Declaração de Conformidade do Formato Digital;

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se aplicável;

Fotocópia de **Certidão** da descrição e de todas as inscrições em vigor, **emitida pela conservatória do registo predial** referente ao prédio ou prédios abrangidos;

Ficha com os elementos estatísticos (Q3), previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho

Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

Assinatura(s) reconhecida(s) nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do(s) cartão(ões) de cidadão;

Declaração(ões) ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do(s) técnico(s) autor(es) do(s) projeto(s);

Termos de responsabilidade subscritos pelo coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações, acompanhados de:

Assinatura(s) reconhecida(s) nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do(s) cartão(ões) de cidadão;

Declaração(ões) ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do(s) técnico(s) autor(es) do(s) projeto(s);

Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações ;

Memória descritiva e justificativa, contendo:

- Área objeto do pedido;
- Caracterização da operação urbanística;
- Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
- Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;

Estimativa do custo total da obra;

Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos;

Descrição da utilização futura do terreno;

Indicação da entidade gestora dos resíduos de construção e demolição (RCD);

Extratos das plantas de condicionantes e de ordenamento do PDM, fornecidas pela Câmara Municipal, com a delimitação da área objeto da pretensão;

Planta de localização e enquadramento, esc. 1/10 000, fornecida pela Câmara Municipal;

Levantamento topográfico, sempre que haja lugar à alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano);

Projetos de especialidades necessários à execução dos trabalhos, incluindo o projeto de estabilidade ou de contenção de construções adjacentes;

Outros: _____

Pede deferimento,

**Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada, referindo o n.º do CC/BI e validade.

Consentimento prévio, para receber notificações através de telefone ou correio eletrónico, nos termos da legislação em vigor **Sim** **Não**

Póvoa de Lanhoso, _____ de _____ de _____

**